

SUMÁRIO

1	PETIÇÃO INICIAL	19
1.1.	Como identificar que a peça é uma petição inicial	19
1.2.	Qual o nome que deve constar no preâmbulo da petição inicial para indicar a ação?	20
1.3.	Requisitos da petição inicial	22
1.3.1.	Endereçamento (art. 319, I, do CPC)	22
1.3.2.	Qualificação (art. 319, II, do CPC)	24
1.3.3.	Fatos e fundamentos jurídicos (art. 319, III, do CPC)	27
1.3.4.	Fundamentos jurídicos (do direito)	28
1.3.5.	Pedido (art. 319, IV, do CPC)	28
1.3.6.	Requerimentos	30
1.3.7.	Valor da causa	31
1.3.8.	Encerramento da peça	32
1.3.9.	Modelo de peça prática de petição inicial pelo procedimento comum com pedido de tutela provisória de urgência antecipada	34
1.3.10.	XXXVII Exame de Ordem Unificado	37
1.3.10.1.	Enunciado	37
1.3.10.2.	Gabarito Comentado	38
1.3.11.	XLIV Exame de Ordem Unificado	40
1.3.11.1.	Enunciado	40
1.3.11.2.	Padrão de resposta	41
1.3.12.	Artigos importantes	42
2	COMPETÊNCIA	43
2.1.	Competência internacional e interna	43
2.1.1.	Competência interna exclusiva	44
2.1.2.	Competência interna concorrente	44
2.1.3.	Competência internacional exclusiva	45
2.2.	Competência interna	46
2.2.1.	Competência funcional	46
2.2.2.	Competência territorial	47
2.2.3.	Competência objetiva	50
2.2.3.1.	Em razão da matéria	50
2.2.3.2.	Em razão do valor da causa	51
2.2.3.3.	Em razão da pessoa	54

2.3.	Regra prática de fixação de competência	54
2.4.	Modelos de endereçamento de peças processuais	56
3	TUTELA PROVISÓRIA	57
3.1.	Introdução	57
3.2.	Tutela provisória e liminar	57
3.3.	Tutela provisória	58
3.3.1.	Tutela provisória de urgência	60
3.3.1.1.	Tutela provisória de urgência antecipada	61
3.3.1.2.	Tutela provisória de urgência cautelar	69
3.3.2.	Tutela provisória de evidência	74
3.4.	Artigos relevantes e quadro sinótico	75
4	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	77
4.1.	Cabimento	77
4.2.	Pressupostos	77
4.3.	Previsão legal	78
4.4.	Legitimidade	80
4.4.1.	Legitimidade ativa	80
4.4.2.	Legitimidade passiva	80
4.4.3.	“Amicus curiae”	80
4.5.	Liminar	80
4.6.	Competência	81
4.7.	Pedidos	81
4.8.	Tese	82
4.8.1.	Súmula Vinculante 13 – vedação ao nepotismo	82
4.8.2.	Súmula Vinculante 21 – vedação de exigência de caução para interposição de recurso administrativo	82
4.8.3.	Súmula Vinculante 44 – teste psicotécnico	82
4.9.	Modelo	82
4.10.	Exercício	85
4.10.1.	Perguntas para identificação	85
4.10.2.	Dica de identificação	85
4.10.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual	86
4.10.3.1.	Endereçamento	86
4.10.3.2.	Partes	86
4.10.3.3.	Cabimento	86
4.10.3.4.	Fatos	86
4.10.3.5.	Direito	86
4.10.3.6.	Pedidos	87
4.10.3.7.	Valor da causa	87
4.10.3.8.	Fechamento	87
4.11.	Para marcar	88
4.11.1.	Artigos	88
4.11.2.	Principais súmulas vinculantes atinentes ao direito administrativo	88
5	MANDADO DE SEGURANÇA	91
5.1.	Previsão legal	91
5.2.	Finalidade	92
5.2.1.	Utilização subsidiária	92

5.3.	Cabimento.....	93
5.3.1.	Não cabimento	93
5.3.2.	Restrições	93
5.4.	Legitimidade	94
5.4.1.	Legitimidade ativa	94
5.4.2.	Legitimidade passiva.....	95
5.5.	Liminar.....	95
5.5.1.	Recursos.....	96
5.6.	Prazo.....	96
5.7.	Competência.....	96
5.8.	Pedidos	97
5.9.	Recursos contra denegação da segurança	98
5.10.	Principais teses em mandado de segurança individual.....	98
5.10.1.	Fornecimento de medicamento quando não necessária dilação probatória.....	98
5.10.2.	Demissão irregular de servidor público acusado de abandono de cargo.....	99
5.10.3.	Restrição de acesso ao cargo público. Idade máxima	99
5.10.4.	Licitação com edital irregular com fundamento na Lei n. 8.666/93 e na Lei n. 14.133/21.....	99
5.10.4.1.	Teses com base na Lei n. 8.666/93	99
5.10.4.2.	Teses com base na Lei n. 14.133/21	100
5.11.	Principais teses em mandado de segurança coletivo	100
5.11.1.	Direitos de manifestação e reunião de servidores cujos exercícios foram vedados arbitrariamente por autoridade pública.....	100
5.11.2.	Direito de férias dos servidores públicos – vedação de gozo por autoridade pública incomodada com os protestos contra sua gestão.....	101
5.12.	Modelo de petição inicial de mandado de segurança individual	101
5.13.	Modelo de petição inicial de mandado de segurança coletivo.....	103
5.14.	Exercício de mandado de segurança individual.....	106
5.14.1.	Perguntas para identificação	107
5.14.2.	Dica de identificação	107
5.14.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual	108
5.14.3.1.	Endereçamento	108
5.14.3.2.	Partes	108
5.14.3.3.	Cabimento	108
5.14.3.4.	Fatos.....	108
5.14.3.5.	Direito.....	108
5.14.3.6.	Liminar	109
5.14.3.7.	Pedidos	109
5.14.3.8.	Valor da causa.....	109
5.14.3.9.	Fechamento	109
5.15.	Exercício de mandado de segurança coletivo	109
5.15.1.	Perguntas para identificação	110
5.15.2.	Dica de identificação	110
5.15.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual	111
5.15.3.1.	Endereçamento	111
5.15.3.2.	Partes	111
5.15.3.3.	Cabimento	111
5.15.3.4.	Fatos.....	111
5.15.3.5.	Direito.....	112
5.15.3.6.	Liminar	112

5.15.3.7.	Pedidos	112
5.15.3.8.	Valor da causa.....	112
5.15.3.9.	Fechamento	112
5.16.	Para marcar	113
5.16.1.	Artigos	113
5.16.2.	Súmulas	113
5.17.	XXV Exame de Ordem Unificado	113
5.17.1.	Enunciado.....	113
5.17.2.	Padrão de resposta.....	114
5.18.	XVIII Exame de Ordem Unificado	115
5.18.1.	Enunciado.....	115
5.18.2.	Padrão de resposta.....	117
5.19.	V Exame de Ordem Unificado.....	118
5.19.1.	Enunciado.....	118
5.19.2.	Padrão de resposta.....	118
6	AÇÃO POPULAR	121
6.1.	Previsão legal.....	121
6.2.	Cabimento.....	121
6.3.	Legitimidade	122
6.3.1.	Legitimidade ativa	122
6.3.2.	Legitimidade passiva.....	123
6.4.	Liminar.....	123
6.5.	Competência.....	124
6.6.	Prescrição.....	124
6.7.	Pedidos.....	124
6.8.	Principais teses.....	125
6.8.1.	Ilegalidade de atos administrativos.....	125
6.8.2.	Serviço público de transporte coletivo municipal	125
6.8.3.	Proteção aos bens tombados.....	125
6.8.4.	Terceiro setor – organização social.....	125
6.8.5.	Contrato administrativo – ilegalidade	126
6.9.	Modelo.....	126
6.10.	Exercício 1	129
6.10.1.	Perguntas para identificação	129
6.10.2.	Dica de identificação.....	129
6.10.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual.....	130
6.10.3.1.	Endereçamento	130
6.10.3.2.	Partes	130
6.10.3.3.	Cabimento	130
6.10.3.4.	Fatos.....	130
6.10.3.5.	Direito.....	130
6.10.3.6.	Tutela de urgência/liminar.....	130
6.10.3.7.	Pedidos	131
6.10.3.8.	Provas.....	131
6.10.3.9.	Valor da causa.....	131
6.10.3.10.	Fechamento	131
6.11.	Exercício 2	131
6.11.1.	Perguntas para identificação	132
6.11.2.	Dica de identificação.....	132

6.11.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual	133
6.11.3.1.	Endereçamento	133
6.11.3.2.	Partes	133
6.11.3.3.	Cabimento	133
6.11.3.4.	Fatos	133
6.11.3.5.	Direito	133
6.11.3.6.	Tutela de urgência/liminar	133
6.11.3.7.	Pedidos	134
6.11.3.8.	Provas	134
6.11.3.9.	Valor da causa	134
6.11.3.10.	Fechamento	134
6.12.	Para marcar	134
6.12.1.	Artigos	134
6.12.2.	Súmulas	135
6.13.	VII Exame de Ordem Unificado (adaptado)	135
6.13.1.	Enunciado	135
6.13.2.	Padrão de resposta	135
6.14.	XLII Exame de Ordem Unificado	136
6.14.1.	Enunciado	136
6.14.2.	Padrão de resposta	137
7	AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	139
7.1.	Previsão legal	139
7.2.	Cabimento	139
7.3.	Legitimidade	140
7.3.1.	Legitimidade ativa	140
7.3.2.	Legitimidade passiva	140
7.4.	Indenização	140
7.5.	Competência	141
7.6.	Prescrição	141
7.7.	Pedidos	142
7.8.	Tese	142
7.9.	Modelo	143
7.10.	Exercício	145
7.10.1.	Perguntas para identificação	145
7.10.2.	Dica de identificação	146
7.10.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual	146
7.10.3.1.	Endereçamento	146
7.10.3.2.	Partes	146
7.10.3.3.	Cabimento	146
7.10.3.4.	Fatos	146
7.10.3.5.	Direito	146
7.10.3.6.	Pedidos	147
7.10.3.7.	Provas	147
7.10.3.8.	Valor da causa	147
7.10.3.9.	Fechamento	147
7.11.	XXXVIII Exame de Ordem Unificado	147
7.11.1.	Peça Prático-Profissional	147
7.11.2.	Gabarito	148
7.12.	Para marcar	149

7.12.1.	Artigos	149
8	AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	151
8.1.	Previsão legal.....	151
8.2.	Cabimento.....	151
8.3.	Legitimidade	153
8.3.1.	Legitimidade ativa	153
8.3.2.	Legitimidade passiva.....	153
8.4.	Indenização.....	153
8.5.	Competência.....	154
8.6.	Imissão prévia na posse.....	154
8.7.	Pedidos.....	154
8.8.	Tese	154
8.9.	Modelo.....	155
8.10.	Exercício.....	157
8.10.1.	Perguntas para identificação	158
8.10.2.	Dica de identificação	158
8.10.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual	158
8.10.3.1.	Endereçamento	158
8.10.3.2.	Partes	158
8.10.3.3.	Cabimento	158
8.10.3.4.	Fatos.....	159
8.10.3.5.	Direito.....	159
8.10.3.6.	Pedidos	159
8.10.3.7.	Provas.....	159
8.10.3.8.	Valor da causa.....	159
8.10.3.9.	Fechamento	159
8.11.	Para marcar	160
8.11.1.	Artigos	160
8.11.2.	Súmulas – Supremo Tribunal Federal.....	160
8.11.3.	Súmulas – Superior Tribunal de Justiça.....	161
9	MANDADO DE INJUNÇÃO	163
9.1.	Previsão legal.....	163
9.2.	Cabimento.....	163
9.3.	Legitimidade	164
9.3.1.	Legitimidade ativa	164
9.3.2.	Legitimidade passiva.....	165
9.4.	Efeitos da decisão	165
9.5.	Competência.....	166
9.6.	Pedidos.....	167
9.7.	Principais teses.....	167
9.7.1.	Ausência de norma que regulamente adicional noturno de servidores estaduais.....	167
9.7.2.	Ausência de norma que regulamente o acesso a cargos públicos por estrangeiros.....	167
9.7.3.	Ausência de norma que regulamente adicional por atividade penosa de servidores públicos	167
9.8.	Modelo de petição inicial de mandado de injunção individual	168
9.9.	Modelo de petição inicial de mandado de injunção coletivo	170
9.10.	Exercício.....	172

9.10.1.	Perguntas para identificação	173
9.10.2.	Dica de identificação	173
9.10.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual	173
9.10.3.1.	Endereçamento	173
9.10.3.2.	Partes	173
9.10.3.3.	Cabimento	173
9.10.3.4.	Fatos	174
9.10.3.5.	Direito	174
9.10.3.6.	Pedidos	174
9.10.3.7.	Valor da causa	174
9.10.3.8.	Fechamento	174
9.11.	Para marcar	175
9.11.1.	Artigos	175
9.11.2.	Súmulas	175
10	HABEAS DATA	177
10.1.	Previsão legal	177
10.2.	Cabimento	177
10.2.1.	Não cabimento	178
10.2.2.	Requisitos fundamentais	178
10.3.	Legitimidade	179
10.3.1.	Legitimidade ativa	179
10.3.2.	Legitimidade passiva	179
10.4.	Liminar	179
10.5.	Competência	179
10.6.	Pedidos	180
10.7.	Recursos contra a decisão que veda o acesso, retificação ou anotação	181
10.8.	Principais teses	181
10.8.1.	Direito de acesso a informação pessoal negado por suposto sigilo	181
10.9.	Modelo	181
10.10.	Exercício	183
10.10.1.	Perguntas para identificação	184
10.10.2.	Dica de identificação	184
10.10.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual	185
10.10.3.1.	Endereçamento	185
10.10.3.2.	Partes	185
10.10.3.3.	Cabimento	185
10.10.3.4.	Fatos	185
10.10.3.5.	Direito	185
10.10.3.6.	Pedidos	186
10.10.3.7.	Valor da causa	186
10.10.3.8.	Fechamento	186
10.11.	Para marcar	186
10.11.1.	Artigos	186
10.11.2.	Súmula	186
11	HABEAS CORPUS	187
11.1.	Previsão legal	187
11.2.	Cabimento	187
11.3.	Legitimidade	188

11.3.1.	Legitimidade ativa	188
11.3.2.	Legitimidade passiva.....	188
11.4.	Liminar.....	188
11.5.	Competência.....	188
11.6.	Pedidos.....	190
11.7.	Tese.....	190
11.8.	Modelo.....	191
11.9.	Exercício.....	193
11.9.1.	Perguntas para identificação.....	193
11.9.2.	Dica de identificação.....	193
11.9.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual.....	194
11.9.3.1.	Endereçamento.....	194
11.9.3.2.	Partes.....	194
11.9.3.3.	Cabimento.....	194
11.9.3.4.	Fatos.....	195
11.9.3.5.	Direito.....	195
11.9.3.6.	Pedidos.....	195
11.9.3.7.	Valor da causa.....	195
11.9.3.8.	Fechamento.....	195
11.10.	Para marcar.....	195
11.10.1.	Artigos.....	195
11.10.2.	Súmula.....	196
12	AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	197
12.1.	Previsão legal.....	197
12.2.	Cabimento.....	197
12.3.	Legitimidade.....	199
12.3.1.	Legitimidade ativa.....	199
12.3.2.	Legitimidade passiva.....	199
12.4.	Tutela provisória de urgência de natureza cautelar.....	200
12.5.	Competência.....	200
12.6.	Requisitos para a petição inicial.....	200
12.7.	Possibilidade de acordo para não persecução civil.....	201
12.8.	Respostas do réu.....	201
12.9.	Prescrição.....	201
12.10.	Pedidos.....	202
12.11.	Principais teses.....	202
12.11.1.	Enriquecimento ilícito.....	202
12.11.2.	Prejuízo ao erário.....	202
12.11.3.	Violação a princípios.....	203
12.12.	Modelo.....	203
12.13.	Para marcar.....	206
12.13.1.	Artigos.....	206
13	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	207
13.1.	Previsão legal.....	207
13.2.	Cabimento.....	207
13.2.1.	Não cabimento.....	208
13.3.	Legitimidade.....	208
13.3.1.	Legitimidade ativa.....	208

13.3.2.	Legitimidade passiva.....	209
13.4.	Liminar.....	209
13.5.	Competência.....	210
13.6.	Pedidos.....	210
13.7.	Compromisso de ajustamento de conduta.....	210
13.8.	Principais teses.....	210
13.8.1.	Direito à saúde, em especial para pessoas idosas.....	210
13.8.2.	Serviço público de transporte coletivo municipal (art. 6º da Lei n. 8.987/95)...	211
13.8.3.	Proteção aos bens tombados.....	211
13.9.	Modelo.....	211
13.10.	Exercício.....	214
13.10.1.	Perguntas para identificação.....	215
13.10.2.	Dica de identificação.....	215
13.10.3.	Elaborando o esqueleto da peça processual.....	215
13.10.3.1.	Endereçamento.....	215
13.10.3.2.	Partes.....	215
13.10.3.3.	Cabimento.....	215
13.10.3.4.	Fatos.....	216
13.10.3.5.	Direito.....	216
13.10.3.6.	Tutela de urgência/liminar.....	216
13.10.3.7.	Pedidos.....	216
13.10.3.8.	Provas.....	217
13.10.3.9.	Valor da causa.....	217
13.10.3.10.	Fechamento.....	217
13.11.	XXXVI Exame de Ordem Unificado.....	217
13.11.1.	Enunciado.....	217
13.11.2.	Gabarito Comentado.....	218
13.12.	Para marcar.....	219
13.12.1.	Artigos.....	219
13.12.2.	Súmulas.....	219
14	CONTESTAÇÃO	221
14.1.	Como identificar que a peça é uma contestação.....	223
14.2.	Prazo para oferecer contestação.....	223
14.3.	Contestação.....	224
14.3.1.	Preliminares.....	225
14.3.2.	Mérito.....	228
14.3.3.	Questões incidentais.....	228
14.3.3.1.	Intervenção de terceiros.....	228
14.3.3.2.	Reconvenção.....	229
14.4.	XXX Exame de Ordem Unificado.....	234
14.4.1.	Enunciado (adaptado).....	234
14.4.2.	Padrão de resposta (adaptado).....	235
14.5.	X Exame de Ordem Unificado.....	236
14.5.1.	Enunciado.....	236
14.5.2.	Padrão de resposta.....	236
14.6.	XXXV Exame de Ordem Unificado.....	237
14.6.1.	Enunciado.....	237
14.6.2.	Gabarito Comentado.....	238

15 RECURSOS	239
15.1. Aspectos práticos gerais	239
15.1.1. Como identificar que a peça é um recurso, na prática administrativa	239
15.1.2. Pronunciamentos judiciais	240
15.1.3. Atos x recursos	242
15.1.4. Situações peculiares.....	243
15.2. Questões práticas comuns a todos os recursos	243
15.2.1. Estruturas de peças.....	243
15.2.2. Cabimento e pressupostos	244
15.2.3. Terminologias próprias para recursos	245
15.3. Recurso adesivo – art. 997 do CPC	246
15.4. Efeito suspensivo nos recursos	247
15.5. Recursos nos Juizados.....	249
15.6. Recursos em mandado de segurança	250
15.7. Apelação	251
15.7.1. Esqueleto da apelação.....	255
15.7.2. Modelo de apelação.....	256
15.7.3. Modelo de contrarrazões de apelação	260
15.7.4. Efeito suspensivo em apelação	262
15.7.4.1. Modelo de pedido de efeito suspensivo em apelação.....	263
15.7.5. XLII Exame de ordem unificado.....	265
15.7.5.1. Enunciado.....	265
15.7.5.2. Padrão de resposta.....	266
15.8. Embargos de declaração	267
15.8.1. Modelo de embargos de declaração	269
15.9. Agravos.....	271
15.9.1. Agravo de instrumento.....	272
15.9.1.1. Cabimento	272
15.9.1.2. Efeito suspensivo ou tutela antecipada recursal?.....	273
15.9.1.3. Modelo de agravo de instrumento.....	274
15.9.1.4. XL Exame de ordem unificado	277
15.9.2. Agravo interno	279
15.9.2.1. Modelo de agravo interno	281
15.9.3. Agravo em recurso especial e extraordinário	283
15.9.3.1. Modelo de agravo em recurso especial e extraordinário	284
15.10. Recursos no STJ e no STF	286
15.10.1. Recurso ordinário constitucional	286
15.10.1.1. Modelo de recurso ordinário constitucional.....	288
15.10.2. Recurso extraordinário.....	291
15.10.2.1. Modelo de recurso extraordinário	292
15.10.3. Recurso especial	295
15.10.3.1. Modelo de recurso especial.....	296
15.10.4. Embargos de divergência.....	299
15.10.4.1. Modelo de embargos de divergência.....	300

REFERÊNCIAS**303**